

BRASILIANAS

POR WILLIAM FRANÇA



A campanha Setembro Amarelo reforça o combate ao suicídio

DF institui política de prevenção ao suicídio e de apoio psicossocial

O Distrito Federal passou a contar com uma política estruturada de prevenção ao suicídio e de apoio psicossocial às famílias enlutadas, com a sanção da Lei nº 7.927/2026, em 22 de julho, originada de projeto do deputado Pepa (PP). A norma institui a Política Distrital de Prevenção ao Suicídio e de Apoio Psicossocial às Famílias Enlutadas por Suicídio, com foco em ações permanentes de acolhimento, capacitação e atendimento especializado.

O suicídio é considerado pela Organização Mundial da Saúde uma das mais graves questões de saúde pública, com mais de 700 mil mortes anuais no mundo, número que pode superar 1 milhão quando incluídas subnotificações. No Brasil, são cerca de 14 mil registros por ano. No DF, 272 casos foram contabilizados em 2023, aumento de 11,93% em relação a 2022, o que coloca Brasília entre as capitais com mais ocorrências.

A política prevê atuação conjunta entre Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública, formação continuada de profissionais, atendimento especializado nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), além de ações de pós-venção voltadas às famílias enlutadas.



A campanha Setembro Amarelo reforça o combate ao suicídio

Cidade vira palco sensorial pela Anti Status Quo

A Anti Status Quo Companhia de Dança apresenta uma nova versão acessível da obra Microutopias Cotidianas Aglutinantes do Lugar, que transforma áreas do Centro de Dança do DF, do Setor Bancário Norte e do Setor Hoteleiro Norte em percurso sensorial voltado a pessoas com deficiência visual. Cada participante é acompanhado por um artista-performer que conduz ações individuais ao longo do trajeto, criando uma experiência personalizada baseada em outras formas de percepção. A temporada, realizada com recursos do FAC-DF, inclui 12 apresentações gratuitas, debates, oficina e residência artística com bailarinos do DF. A criação dialoga com a pesquisa Corpo e Cidade, desenvolvida desde 2003 pela diretora Luciana Lara, e contou com consultoria de especialistas em audiodescrição para adaptar procedimentos, ampliar a fruição da obra e aprofundar a investigação sobre relações entre corpo, espaço urbano, acessibilidade e modos de percepção sensível.

Norma garante continuidade institucional

A Lei nº 7.927/2026 também busca dar base legal e continuidade institucional às ações já desenvolvidas pelo Governo do DF. Na justificativa do projeto, o deputado Pepa (PP) destacou que iniciativas de prevenção e cuidado vinham sendo adotadas, porém de forma fragmentada e sem respaldo normativo. A formalização da política por meio de lei distrital, segundo o parlamentar, “é essencial para garantir previsibilidade orçamentária e estabelecer obrigações intersetoriais entre Saúde, Educação, Segurança Pública, Assistência Social e demais órgãos do GDF”.

A norma, recém estabelecida, define princípios como dignidade da pessoa humana, direito à saúde mental e ao bem-estar emocional, promoção da vida como valor primordial, respeito à diversidade e aos direitos humanos, desestigmatização do sofrimento psíquico e do suicídio, além da intersetorialidade e da descentralização das ações. O Poder Executivo do DF terá até 20 de outubro de 2026 para regulamentar a política e detalhar sua implementação.

Evento marca 20 anos da lei Maria da Penha

O Núcleo de Gênero do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios realizará, em 17 de agosto, a terceira edição do Fórum de Integração Todas Elas, iniciativa que celebra os 20 anos da Lei Maria da Penha e fortalece a articulação entre instituições do Sistema de Justiça, da Segurança Pública e das redes de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A programação inclui a apresentação dos resultados do Formulário de Avaliação de Equipamentos e Serviços de Atendimento à Mulher; elaborado no âmbito do Projeto Todas Elas, com diagnóstico sobre a rede de proteção no DF. Também haverá painéis sobre políticas de prevenção, estratégias de responsabilização e formas de atuação das instituições responsáveis pelo acolhimento e garantia de direitos. O evento contará ainda com a exposição artística Memórias e Silêncio, da artista Valéria Teixeira Lima, que resgata a história de sua avó, vítima de feminicídio em 1965.

A coordenação destaca que a integração em rede é essencial para respostas mais qualificadas, céleres e humanizadas.



Estima-se que a menina, hoje chamada de Acauã, tenha vivido há 3.350 anos

UnB inicia nova pesquisa sobre a única múmia achada no Brasil

Gruta em Unaí (MG) tem vestígios de ocupações entre 5 e 12 mil anos

Da Redação

Pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) retomaram as escavações na Gruta do Gentio II, em Unaí (MG), para ampliar o conhecimento sobre a ocupação humana no Brasil Central e identificar novos sepulcamentos. A ação de campo teve início neste mês e segue até sexta-feira (14).

O sítio arqueológico ficou conhecido por abrigar a única múmia encontrada no Brasil e nas terras baixas da América do Sul, descoberta durante pesquisas realizadas na década de 1970.

A Gruta do Gentio II está localizada na fazenda Vargem Bonita, a cerca de 30 km distante da área urbana de Unaí, município que integra a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF).

O complexo reúne cavernas e abrigos rochosos e concentra um conjunto de vestígios que ajudam a reconstruir diferentes períodos da presença humana no local.

Os trabalhos atuais analisam sepulcamentos datados entre os séculos XIII e XV.

O objetivo é compreender as relações históricas, biológicas e culturais entre os antigos habitantes da região e os povos indígenas que vivem atualmente no Brasil Central.

Os estudos também buscam ampliar as informações sobre as formas de ocupação ao longo de milhares de anos.

As pesquisas anteriores indicam que a primeira ocupação da gruta ocorreu entre 12 mil e 5 mil anos antes do presente (AP). Posteriormente, o espaço foi utilizado por diferentes grupos humanos, entre eles a sociedade Una, formada por populações indígenas que viveram no Vale do São Francisco e no noroeste de Minas Gerais.

As primeiras escavações foram conduzidas pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), entre 1970 e 1980, durante o Programa de Pesquisas no Vale do São Francisco.

Entre os achados está a múmia natural de uma menina com cerca de 12 anos, preservada pelo clima seco da caverna durante aproximadamente 3.350 anos. Batizada de Acauã, ela permanece como o único exemplar desse tipo encontrado no país.

Além dos remanescentes humanos, também foram encontradas penas, cestas, adornos, cerâmicas, sementes e instrumentos de pedra.

Todo o acervo obtido nas escavações anteriores permanece sob a guarda do IAB, localizado no Rio de Janeiro.